Explorando o Ativismo das Forças de Segurança no Brasil: Uma Análise de Protestos e Greves de 2010 a 2023

Palavras-Chave: protestos policiais, sindicalismo, associativismo

Autores(as):
Wellynton de Souza, IFCH – UNICAMP
Prof.ª Dr.ª Luciana Ferreira Tatagiba (orientador(a)), DCP - IFCH – UNICAMP

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre mobilização política e a formação da opinião pública têm passado por transformações significativas ao longo das décadas. Inicialmente, o foco era na análise do Estado e de suas instituições formais; no entanto, as pesquisas acadêmicas têm progressivamente incorporado as ações dos movimentos sociais e outras formas de engajamento político não institucionais. No Brasil, a emergência da sociedade civil como ator político relevante intensificou-se após o período da redemocratização, impulsionando a investigação sobre protestos e mobilizações sociais (Tatagiba, 2014). Desde os anos 2010, o monitoramento sistemático desses eventos tornou-se uma estratégia recorrente em estudos acadêmicos e institucionais, culminando na criação do banco de dados *LAProtesta_Brasil*, um dos mais abrangentes repositórios de informações sobre manifestações no país (Tatagiba e Galvão, 2018).

Apesar do avanço dessas investigações, um aspecto das mobilizações sociais ainda permanece pouco explorado: a atuação política dos profissionais da Segurança Pública. O Brasil possui legislações que impõem restrições à sindicalização e à participação de policiais em mobilizações coletivas. No entanto, a prática empírica demonstra que esses profissionais continuam a se articular política e socialmente, por meio de associações, sindicatos e outras formas de organização coletiva. As greves e protestos promovidos por policiais, muitas vezes marcados por tensões com o Estado e com a população, representam um fenômeno político de grande impacto, com potencial para influenciar decisões governamentais e a formulação de políticas públicas. A proibição do direito de greve foi estendida a todos os servidores do setor de segurança no país em abril de 2017, por meio do julgamento do RE 654432 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar dessas restrições legais e do receio de punições disciplinares, policiais continuaram a se mobilizar.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo central analisar as greves e protestos de policiais no Brasil entre os anos de 2010 e 2023, investigando suas pautas, formas de organização, estratégias de mobilização e impactos político-sociais. Para isso, será realizada uma ampliação do banco de dados *LAProtesta_Brasil*, com a criação de um sub-banco de dados específico para o registro e a análise desses eventos. A pesquisa buscará identificar padrões nas manifestações, suas relações com o contexto político e econômico, bem como os desdobramentos dessas mobilizações no debate sobre a segurança pública e os direitos trabalhistas dos profissionais do setor.

Este estudo se insere em uma trajetória de pesquisa do discente, que já conduziu projetos anteriores no campo da Segurança Pública, como "Policiais Antifascismo: uma alternativa no associativismo contemporâneo?", com apoio do PIBIC (2021 – 2022) e posteriormente atuou como pesquisador assistente no projeto "Police Unions, Democratic Transformation, and Social Justice", coordenado por Beatrice Jauregui, na University of Toronto (2022-2023). Essas experiências prévias, que incluiu o acompanhamento do Movimento dos Policiais Antifascismo – uma rede nacional de policiais que busca a reforma do campo da aplicação da lei e a construção do policial como trabalhador – revelou a necessidade de investigar as mobilizações e protestos desses profissionais em escala ampliada. O objetivo é delinear um quadro sobre o ativismo das forças de segurança no país, explorando quem foram os profissionais que se mobilizaram, as formas de mobilização, as motivações, âmbitos e períodos dos protestos.

MATERIAIS, MÉTODOS E TÉCNICAS

A metodologia de pesquisa deste projeto baseia-se na Análise de Eventos de Protestos (AEP), utilizando notícias publicadas no jornal Folha de S.Paulo como fonte primária. Esta abordagem está alinhada com a teoria da política contenciosa, direcionando o foco para o perfil dos atores coletivos, os alvos dos protestos, as demandas e os repertórios de ação empregados. A unidade de análise não são as notícias, mas sim os eventos de protestos. Um evento de protesto é definido como uma ação coletiva (envolvendo pelo menos duas pessoas), pública, oriunda da sociedade

civil, que expressa reivindicações ou queixas de forma visível, podendo ser pacífica ou hostil, e ter como objetivo alterar ou manter uma determinada situação.

Para a construção do sub-banco de dados, foram utilizados registros sistematizados de protestos já existentes no banco geral *LAProtesta_Brasil*, cobrindo o período de 2010 a 2022. Essa base foi complementada com novas ocorrências extraídas de notícias da Folha de S.Paulo referentes a 2023 e com a adição de novas variáveis para identificar quais forças específicas estavam envolvidas. O critério para a seleção dos eventos de protestos exigia que a notícia expressasse claramente que os protestos eram por policiais, com a participação deles ou de seus familiares, não podendo essa informação ser implícita. Todos os formatos e tipos de protesto possíveis foram considerados. Essa decisão segue a concepção teórica de Beatrice Jauregui (2022) sobre "políticas de trabalho policial (*police worker politics – PWP*)". PWP abrange diferentes formas de interação, mais ou menos organizadas, que tornam os policiais reconhecíveis enquanto um coletivo de trabalhadores e sujeitos de direitos, incluindo práticas informais de contestação, como críticas sistêmicas e queixas espontâneas, até repertórios clássicos de protesto trabalhista, como o paredismo, greves, fechamento e ocupação de batalhões.

O tratamento dos dados foi uma etapa crucial, envolvendo a remoção de valores ausentes, duplicatas, recodificação de variáveis, agrupamento de dados e categorização das demandas. As ferramentas utilizadas para isso foram Excel e Python, com as bibliotecas *pandas* e *numpy*. As informações foram agrupadas de acordo com cada código de evento para garantir registros únicos de protestos. As variáveis inicialmente montadas, totalizando 20, incluíam: 'codigo_veiculo', 'codigo_evento', 'date_start', 'year', 'coverage', 'n_presenca_policia', 'n_repressao_policial', 'n_depredacao', 'n_confronto_entre_manifestantes', 'n_feridos', 'n_detidos', 'n_mortos', 'ocupacao_1', 'ocupacao_2', 'ocupacao_3', 'demanda_1', 'demanda_2', 'demanda_3', 'demanda_4', e 'tipo_protesto_1'.

Em relação às colunas de demanda, foi realizada uma categorização dos valores para otimizar a leitura das informações e os resultados de análise, utilizando a técnica de *one-hot encoding* para transformar informações em um conjunto de colunas binárias (0 para ausente e 1 para presente). As categorias de demanda construídas foram:

Rótulo	Informação Agregada
Condições de Trabalho e Carreira	abrange melhoria de condições de trabalho, contratação, aumento de efetivo, redução de carga horária, reestruturação de carreira e valorização das categorias.
Salário e Benefícios	inclui aumento e reajuste do piso salarial, recomposição salarial, reestruturação, combate ao parcelamento do pagamento e benefícios como plano de saúde.
Direitos e Justiça	focada em busca de anistia de procedimentos administrativos (PADs), contra prisão de profissionais e causas que evocam Direitos Humanos.
Regime Político	protestos diretamente formados pela defesa ou protesto contra tipos de regimes políticos.
Política e Governança	demandas relativas a questões institucionais, mudanças legislativas, administrativas e políticas que afetam a estrutura do Estado, como aprovação de Leis Orgânicas, PECs, combate à corrupção, contra pacote de medidas fiscais e reformas administrativas.
Aposentadoria e Seguridade Social	demandas relativas a políticas e formatos de aposentadoria para as categorias de forças.
Segurança Pública	demandas que requerem maior segurança aos policiais e aquelas contra a morte desses profissionais.
Narrativas Políticas sobre Segurança	protestos que vocalizam narrativas sobre o que é segurança e quem são os policiais, e que fazem uma disputa ideológica dentro da Segurança Pública.

É importante ressaltar que a pesquisa, por se basear em notícias de jornal, oferece um olhar sobre os fenômenos que alcançam maior visibilidade pública por meio da imprensa, não a totalidade dos protestos realizados.

Além disso, foi desenvolvido um índice de intensidade de protesto por meio da Análise de Componentes Principais (PCA), que é uma técnica de redução de dimensionalidade de um conjunto de dados (Maia et. al., 2023). O índice tem como objetivo medir e observar a distribuição da intensidade dos protestos no período estudado (2010-2023). A construção desse índice considerou as seguintes colunas do banco: 'n_presenca_policia', 'n_repressao_policial', 'n_depredacao','n_confronto_entre_manifestantes', 'n_feridos', 'n_detidos', 'n_mortos'.

RESULTADOS

Entre 2010 e 2023 foram identificados 67 eventos de protestos promovidos por profissionais da segurança pública no Brasil, o que representa 9,2% do total de eventos de protestos realizados por trabalhadores no mesmo período (725). A distribuição temporal desses eventos revela dois momentos de maior mobilização: o primeiro, entre 2012 e 2013, quando ocorreram 12 e 10 protestos, respectivamente; o segundo, em 2016–2017, com 7 e 13 eventos registrados. Ambos os picos coincidem com episódios de

tensão político-econômica – no primeiro caso, antecedendo as Jornadas de Junho de 2013, e no segundo, em meio ao aprofundamento da crise fiscal e às discussões sobre a reforma trabalhista de 2017.

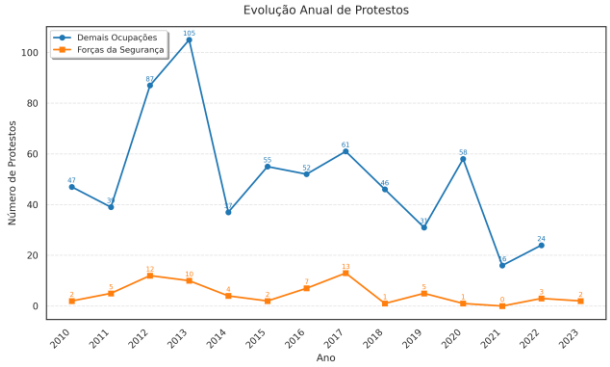

Gráfico 1 – Evolução anual de eventos de protestos por trabalhadores (segmentados entre demais ocupações e forças da segurança). Dados das demais ocupações para 2023 ainda não coletados. Elaborado pelo autor. Ntotal = 752, Nforças = 67, Ndemais = 658.

Para avaliar o "nível de intensidade" dos eventos de protestos em um único score, foi construído um índice para os eventos de policiais e demais ocupações com aplicação da PCA sobre sete variáveis binárias padronizadas (média 0, desvio 1): 'n_presenca_policia', 'n_repressao_policial', 'n_depredacao','n_confronto_entre_manifestantes', 'n_feridos', 'n_detidos', 'n_mortos'. Como um evento de protesto pode ser noticiado mais de uma vez, para unificar os valores dessas variáveis em registro único sob o código do evento identificador, foi utilizada a moda dos valores de cada uma das variáveis. A seguir, as principais etapas de validação e principais resultados:

- **Adequação da matriz de correlação**
  - **Teste de Bartlett**: χ^2 = 1 433,06, p ≈ 7,8 × 10^{-291}, rejeita a hipótese de matriz identidade ⇒ variáveis correlacionadas suficientemente.
  - **KMO geral** = 0,776; KMO parciais entre 0,726 e 0,843 para cada variável ⇒ mais que o limiar de 0,60, indicando amostra adequada.

- **Autovalores e variância explicada**
  - O scree plot apontou dois autovalores acima de 1 (critério de Kaiser):
    - **PC1**: autovalor ≈ 3,03 → 43,4% da variância
    - **PC2**: autovalor ≈ 0,25 → 3,5%
    - **PC3**: autovalor ≈ 1,03 → 14,7%

  Em conjunto, PC1 + PC3 explicam cerca de 58,1% da variância total.

- **Cargas fatoriais (loadings)**
  - **PC1** apresenta maiores cargas e, portanto, se relaciona fortemente com:
    - Repressão policial (n_repressao_policial): +0,83
    - Presença de feridos (n_feridos): +0,75
    - Detenções (n_detidos): +0,71
    - Presença policial: +0,79
  - **PC3** reflete sobre tudo confronto direto:
    - Confronto entre manifestantes (n_confronto_entre_manifestantes): +0,57
    - Depredação (n_depredacao): -0,54

  Essas cargas indicam que PC1 captura sobretudo a existência de repressão e de vítimas, enquanto PC3 reflete o nível de enfrentamento direto.

- **Construção do Índice de Intensidade**

  Definimos o escore principal de intensidade como

$$Indice = \frac{(\lambda_1 PC1 + \lambda_3 PC3)}{\lambda_1 + \lambda_3}$$

  Em que $\lambda_1 = 3{,}038$ e $\lambda_3 = 1{,}032$. Em seguida, foi padronizado para média zero e desvio-padrão um.

Resultados descritivos do índice

Estatística	Valor
n	725
Média	0
Desvio Padrão	0,788
Mínimo	–0,273
25%	–0,273
Mediana	–0,273
75%	–0,273
Máximo	4,736

Tabela 1 – Resultados descritivos do Índice de Intensidade

O índice assume valor de -0,2 até 4,7. Há uma grande concentração de eventos de protestos na cauda inferior: 75% deles têm escore igual ao mínimo (-0,273), o que confirma que a grande maioria dos protestos por trabalhadores não envolveu confronto ou vítimas – poucos foram os protestos extremos, chegando até 4,7, marcando alto grau de violência e repressão. Para comparar o nível de intensidade dos protestos mais extremos, foram isolados os 10% dos eventos com maior índice de intensidade.

Grupo	Nº de eventos	Média da Intensidade	Mediana Intensidade
Demais Ocupações	63	2.07	1.63
Forças de Segurança	10	2.29	1.62

Tabela 2 – Resultados descritivos dos 10 % de protestos de maior intensidade (índice ≥ 90 º percentil)

Quando restringimos à cauda mais intensa (10 % dos eventos com maior índice), a intensidade média fica em torno de 2,3 para policiais e 2,1 para demais ocupações, sugerindo níveis similares de confronto e consequências físicas nos protestos mais extremos.

Tipologia das Ações

Em termos de participação, os gráficos abaixo demonstram que as forças que mais protestaram foram a Polícia Militar (presente em 38,8% dos protestos realizados por policiais), a Polícia Civil (28,4%) e a Polícia Federal (20,9%). Entre os formatos de protesto mais comuns, destacaram-se a Passeata/Marcha/Ato, a Greve de Categoria e a Paralisação. De mesmo modo, esses três repertórios de protestos são os mais presentes dentre os eventos das demais ocupações.

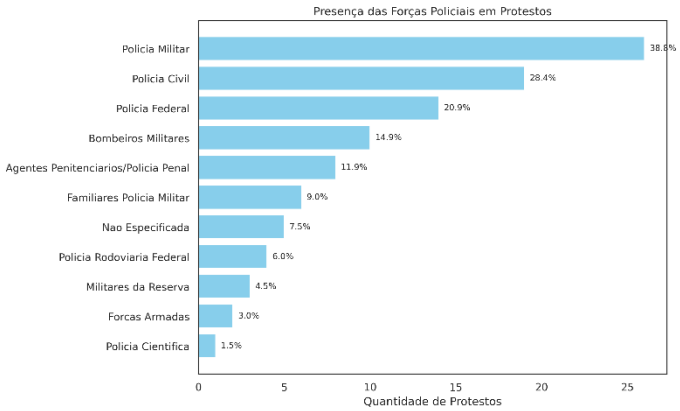

Gráfico 2 - Distribuição dos protestos segundo o segmento das forças policiais envolvido. Percentual de eventos protagonizados por diferentes corporações da segurança pública. A Polícia Militar lidera em frequência, seguida pela Polícia Civil e pela Polícia Federal. Dados referem-se ao período de 2010 a 2023. Elaborado pelo autor.

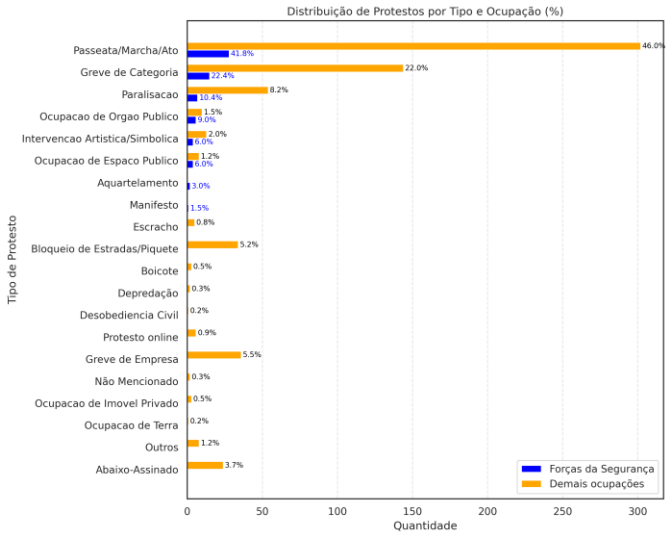

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos tipos de protesto organizados por trabalhadores das forças de segurança (em azul) e das demais ocupações (em laranja), entre 2010 e 2023. Elaborado pelo autor.

Agendas dos Protestos

Especificamente em relação aos protestos de policiais, as demandas por “Salário e Benefícios” e “Condições de Trabalho” lideram as agendas dos eventos: 65,7%, mais da metade, demandaram questões salariais e ≅45%, quase metade, demandaram questões relativas a condições de trabalho.

Demanda	Qtd de Ocorrências	Representatividade nos Protestos (%)
Salário e Benefícios	44	65,7
Condições de Trabalho e Carreira	30	44,8
Política e Governança	8	11,9
Direitos e Justiça	5	7,5
Aposentadoria e Seguridade Social	5	7,5
Segurança Publica	4	6
Regime Político	3	4,5
Narrativas Politicas da Segurança	1	1,5

Tabela 3 - Distribuição das demandas nos protestos organizados por policiais (2010–2023). Elaborado pelo autor.

CONCLUSÕES E DISCUSSÃO

Este trabalho buscou mapear, classificar e analisar os protestos organizados por membros das forças de segurança no Brasil entre 2010 e 2023, a partir da construção de um sub-banco de dados derivado do *LAProtesta_Brasil*. A pesquisa revelou que, embora as manifestações de policiais representem um volume reduzido frente ao conjunto mais amplo de protestos trabalhistas (67 eventos policiais contra mais de 600 eventos das demais ocupações), elas possuem características relevantes, tanto no conteúdo das demandas quanto nas formas de mobilização.

As demandas mais recorrentes nos protestos policiais se concentram em pautas corporativas: "Salário e Benefícios" (65,7%) e "Condições de Trabalho e Carreira" (44,8%). Esse padrão reforça a perspectiva da "política do trabalho policial", que entende os agentes de segurança como trabalhadores com interesses e reivindicações próprias, mesmo sob forte restrição legal à sindicalização e à greve.

Quanto aos formatos de protesto, observou-se uma predominância de passeatas, marchas e atos públicos, mas também há uso de estratégias mais específicas, como aquartelamentos e greves de categoria, especialmente entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. As forças mais mobilizadas foram essas duas, seguidas pela Polícia Federal, o que evidencia o protagonismo de corporações mais numerosas ou com maior grau de organização.

A construção de um Índice de Intensidade dos Protestos, via Análise de Componentes Principais (PCA), permitiu sintetizar sete variáveis binárias relativas à repressão, confronto e consequências físicas (como feridos e detidos). A análise revelou que a maioria dos protestos (mais que 75%) teve baixa intensidade, mas alguns episódios atingiram altos níveis de conflito. Ainda assim, ao restringir a análise aos 10% mais intensos, não foi observada diferença estatística significativa entre os protestos de policiais e os das demais categorias quanto à intensidade mediana, sugerindo que, nos casos mais extremos, ambos os grupos são capazes de produzir mobilizações conflituosas em grau semelhante.

Em conjunto, os resultados demonstram que os protestos das forças de segurança, embora minoritários em número, são expressivos enquanto fenômeno político. Eles refletem tensões entre as funções atribuídas a esses agentes e suas condições materiais de trabalho, além de desafiar os limites legais impostos à sua ação coletiva. Por enquanto, há de se destacar que ao articular mobilização coletiva, demandas laborais e visibilidade pública, os protestos policiais desafiam uma separação analítica ainda comum entre "trabalhadores" e "agentes da segurança pública". Os dados mostram que o policial, embora armado e estatal, *atua politicamente como trabalhador*, e sua mobilização revela tensões não apenas com o aparato estatal, mas também com a forma como o são reconhecidos – ou não – o direito de organização dessa categoria. Em suma, a atuação política das forças de segurança não pode ser reduzida à repressão da ordem: elas também reivindicam, protestam e negociam – e o fazem caminhando também nos padrões de atuação do sindicalismo clássico.

BIBLIOGRAFIA

JAUREGUI, B. Police Worker Politics in India, Brasil, and Beyond. Policing and Society, v. 32, n. 3, p. 271 290. https://doi.org/10.1080/10439463.2022.2037555. 2022.

MAIA, M. M.; FERNANDES, S. R.; ANDRADE, L. H. F.. Avaliação de desempenho da Análise de Componentes Principais e Análise de Componente Principal Logística, aplicadas a dados educacionais .https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/fc25bb26-5630-4909-b532-9e422bbe573f/content. 2023.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. Política & Sociedade, v. 13, n. 28, p. 35 31 dez. 2014.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. O confronto político da ascensão à crise dos governos petistas. Banco de dados sobre protestos no Brasil 2003-2016. Universidade Estadual de Campinas, Nepac/Cemarx, Campinas, 2018.